

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.558 - SP (2017/0214028-3)

AGRAVANTE : ROSI SIRAIAMA MATSUBARA
AGRAVANTE : MASAKATI SIRAIAMA
AGRAVANTE : MIDORI SARAIAMA
AGRAVANTE : MARCOS SIRAIAMA
AGRAVANTE : CELSO SIRAIAMA
AGRAVANTE : ELISA SIRAIAMA YONEMURA
AGRAVANTE : FABIO SIRAIAMA
ADVOGADO : SOLANGE TAKAHASHI MATSUKA E OUTRO(S) -
SP152999
AGRAVADO : CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A
ADVOGADA : GISELE DE ALMEIDA URIAS E OUTRO(S) - SP242593

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ROSI SIRAIAMA MATSUBARA e OUTROS contra decisão que inadmitiu o recurso especial por eles interposto, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 50):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. Desapropriação.

1. Decisão que autorizou a transferência do valor depositado inicialmente para o processo de inventário sem a complementação. Pretensa incidência dos rendimentos dos depósitos judiciais.

2. Ausência de risco de dano ao resultado útil do processo. Rendimentos a cargo da instituição financeira em que se realizou o depósito judicial, não sendo devidos pela expropriante. Decisão agravada mantida.

Recurso não provido.

Opostos embargos declaratórios, foram eles rejeitados (fls. 68-73).

Em suas razões especiais os recorrentes apontam violação, pelo acórdão recorrido, do art. 1º da Lei n. 6.899/81 e dos arts. 389, 395, 404, 418, 772 e 884 do Código Civil/2002, que estabelecem a incidência de correção monetária.

Aduz que o acórdão *a quo* determinou que o levantamento da indenização deveria ser integral do valor depositado na inicial, sendo 50% a ser depositado no Juízo da Interdição e 50% nos autos do inventário. Entretanto, o Cartório do Juízo Agravado, ao invés de determinar, no ofício ao Banco do Brasil, a transferência no valor dos 50% da oferta inicial mais os rendimentos proporcionais, ordenou a transferência/levantamento tão somente do que que equivaleria a 43,83399% da oferta inicial, no que os rendimentos dever ser proporcionais aos depósitos judiciais.

Ofertadas contrarrazões às fls. 106-111, o recurso não foi admitido na origem (fls. 120-121), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes impugnaram a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O acórdão objeto do presente recurso foi prolatado em sede de agravo de instrumento no âmbito de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que manteve a decisão agravada, com os argumentos a seguir colacionados (fls. 52-53):

Assim cumpre esclarecer que referido valor já está em outra conta-corrente bancária desde setembro de 2015, referente ao processo de inventário em andamento, razão pela qual o magistrado houve por bem não determinar complementação neste momento exatamente porque o valor já fora transferido e sobre ele também incidirão rendimentos enquanto o valor permanecer na instituição bancária.

[...]

Ademais, importante esclarecer que o valor levantado corresponde a uma parcela da indenização ainda a ser dirimida na ação de desapropriação sobre a qual incidirão todos os consectários legais, não havendo que se falar, neste momento, em prejuízo aos agravantes que justifiquem a interposição do presente recurso.

Dessa forma, para rever a posição adotada pela instância ordinária, e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame dos referidos elementos fáticos-probatórios, indo de encontro às convicções do julgador *a quo*. Incidem, na hipótese, os óbices sumulares n. 7/STJ e n. 735/STF, conforme firme posicionamento jurisprudencial desta Corte de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL. LIMINAR DEFERIDA. VERBETE SUMULAR 735/STF. INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS. INDÍCIOS DE ATOS FRAUDULENTOS E DA NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. A ALTERAÇÃO DO JULGADO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM REAPRECIAÇÃO DE PROVAS. INVIABILIDADE NESTA SEARA RECURSAL. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR DESPROVIDO.

1. A parte agravante não apresentou qualquer fundamento capaz de reverter as conclusões alcançadas no julgamento monocrático.

2. Esta Corte Superior tem aplicado a Súmula 735/STF em casos de decisão que concede medida liminar, por ocasião da apreciação dos Apelos Raros semelhantes, porquanto a jurisprudência deste Tribunal Superior não admite a interposição de Recurso Especial para a verificação dos requisitos da tutela antecipada.

3. O Tribunal de origem, com base no substrato fático-probatório,

manteve a decisão do juízo singular ao negar provimento ao Agravo do particular, sob o argumento de que a utilidade da medida cautelar é necessária, na medida em que não havia garantia dos elevados débitos fiscais e, ainda, levando-se em conta os fatos gravíssimos narrados e corroborados no decorrer da instrução processual (criação de nova empresa com intuito de burlar a cobrança de dívidas trabalhistas fiscais).

4. A inversão do julgado, na forma pretendida, demandaria claramente a incursão no acervo fático-probatório da causa.

5. Ademais, a prefalada ocorrência de cerceamento de defesa se confunde com o próprio mérito recursal, o qual restara sobejamente rechaçado em razão da robustez probatória que se evidenciou nos autos.

6. Agravo Interno do Particular desprovido.

(AgInt no AREsp 841.388/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJE 22/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO SOBRE MATÉRIA PRECÁRIA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 735 DO STF.

1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem que não concedeu a reintegração liminar, por considerar que não há informação suficiente nos autos acerca da data efetiva da invasão da faixa de domínio e por entender que a medida de demolição pleiteada tem caráter irreversível e satisfativo, sendo prudente aguardar a instrução probatória.

2. No que concerne ao pleito de reformar o entendimento *a quo* que negou a liminar de reintegração de posse, tal operação demanda juízo de valor acerca da existência do perigo da demora e exame das demais circunstâncias fático-probatórias do caso concreto, o que se encontra vedado pela Súmula 7/STJ.

3. O órgão julgador decidiu a questão após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em Recurso Especial. Imiscuir-se na presente aferição encontra óbice no édito 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

4. Ainda, a alegação de que o julgado violaria preceitos de lei federal relacionados à matéria esbarra no fato de que a decisão do Tribunal, por versar sobre medida antecipatória, de caráter provisório (*fumus boni juris*), passível de confirmação ou revogação quando da decisão final, não se enquadra no conceito de "causa decidida", requisito para o cabimento do Recurso Especial (Súmula 735 do STF). (AgInt nos EDcl no REsp 1.627.886/ES, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017, DJe de 26/9/2017).

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1722672/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 25/05/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

